

## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº 029, de 30 de maio de 2001,  
alterado pela Lei Municipal nº 037, de 26 de outubro de 2005  
e pela Lei Municipal nº 047 de 25 de Setembro de 2013.

### RESOLUÇÃO CMS Nº 10/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião ordinária, realizada no dia 06/12/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 029/01, alteradas pelas Leis 037/05 e Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

**Considerando** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**Considerando** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal;

**O Conselho Municipal de Saúde de Macaubal, RESOLVE:**

**Artigo 1º.** Ratificar e Aprovar as alterações no seu Regimento Interno que disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

### CAPÍTULO I

#### DA NATUREZA E FINALIDADE

**Art. 1º** - O Conselho Municipal de Saúde de Macaubal é órgão de instância colegiada e deliberativa e de natureza permanente, criado pela Lei 29 de 30 de maio de 2001 e atualizado pelas Leis 037 de 26 de outubro de 2005 e 047 de 25 de setembro de 2013; em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, alterados pelas Leis 8.142, de 28/12/1990, Lei 9.836 de 23/09/1999, Lei 10.424 de 15/04/2002, Lei 11.108 de 07/04/2005, Lei 12.438 de 06/07/2011 e Lei 12.466 de 24/08/2011.

**Art. 2º** - O Conselho Municipal de Saúde, tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução da política Municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de Controle Social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado.

### CAPÍTULO II

#### DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 3º** - Compete ao Conselho Municipal de Saúde:

I - Atuar na formulação e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos setores público e privado;

II - Deliberar sobre os modelos de atenção a saúde da população e de gestão do Sistema Único de Saúde;

III - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características epidemiológicas, das organizações dos serviços em cada instância administrativa. (Art. 37 da Lei 8.080/90); e em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde.

IV - Participar da regulação e do Controle Social do setor privado da área de saúde;

V - Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde.

VI - Aprovar a proposta setorial da saúde, no Orçamento Municipal.

VII - Criar, coordenar e supervisionar Comissões Intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, integradas pelas secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil;

VIII - Deliberar sobre propostas de normas básicas municipais para operacionalização do Sistema Único de Saúde;

IX - Estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto à política de recursos humanos para a saúde;

X - Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, do Fundo Municipal de Saúde, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento municipal, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII, da Constituição Federal e a Emenda Constitucional Nº 29/2000.

XI - Aprovar a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde, reunidas ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, e convocá-las, extraordinariamente, na forma prevista pelo parágrafo 1 e 5 do Art. 1º da Lei n. 8142/90;

XII - Aprovar os critérios e o repasse de recursos do Fundo Municipal de Saúde para o Fundo da Secretaria Municipal de Saúde e a outras instituições e respectivo cronograma e acompanhar sua execução;

XIII - Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;

XIV - Articular-se com outros conselhos setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e Controle Social;

XV - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do município;

XVI - Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVII - Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XVIII - Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

### **CAPÍTULO III**

#### **ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO**

**Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde tem a seguinte organização:**

##### **1. PLENÁRIO**

##### **2. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO**

##### **3. MESA DIRETORA**

##### **4. SECRETARIA EXECUTIVA**

##### **Seção I**

## **- Plenário -**

**Art. 5º** - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

### **Subseção 1**

#### **Composição**

**Art. 6º** - A composição do plenário será conforme Art. 3º da Lei Municipal ..... garantida a paridade dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos.

**Art. 7º** - A representação dos órgãos e entidades inclui um titular e um suplente.

Parágrafo Único- Na presença do titular o suplente não terá direito a voto nas reuniões.

**Art. 8º** - Os representantes dos segmentos e/ou órgãos integrantes do Conselho Municipal de Saúde terão mandato de dois anos, ficando a critério dos segmentos e/ou órgãos, a substituição ou manutenção dos Conselheiros que as representam, a qualquer tempo, excetuando os casos previstos nos ' 1º, ' 2º e ' 3º deste Artigo.

' 1º Será dispensado, automaticamente, o conselheiro que, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (cinco) intercaladas no período de um ano;

' 2º A perda do mandato será declarada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, por decisão da maioria simples dos seus membros, comunicada ao Prefeito Municipal, para tomada das providências necessárias à sua substituição na forma da legislação vigente;

' 3º As justificativas de ausências deverão ser apresentadas na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde até 48 horas úteis após a reunião.

### **Subseção II**

#### **Funcionamento**

**Art. 9º** - O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á, ordinariamente, 12 (doze) vezes por ano, e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou em decorrência de requerimento da maioria absoluta dos seus membros.

' 1º As reuniões serão iniciadas com a presença mínima da metade mais um dos seus membros;

' 2º Cada membro terá direito a um voto;

**Art. 10º** - O Conselho Municipal de Saúde terá um conselheiro Presidente, Vice-presidente, Secretário e Vice - Secretário, eleitos pelos pares, com mandato de dois anos, permitida uma recondução sucessiva.

**Art. 11º** - O Presidente, e na sua ausência o vice-presidente, terá as seguintes atribuições:

' 1º Conduzir as Reuniões Plenárias;

' 2º Encaminhar para efeito de divulgação pública as Resoluções, Recomendações e Moções emanadas do Plenário, nas Reuniões por ele presididas.

**Art. 12º** – O secretário terá as seguintes atribuições:

' 1º Contribuir com a elaboração das atas, resoluções, recomendações e moções do conselho.

' 2º Acompanhar a manutenção do arquivo do conselho.

**Art. 13º** - O Vice - Secretário substituirá o secretario na sua ausência e terá as mesmas atribuições.

**Art. 14º** - O Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá direito apenas ao voto nominal e, a prerrogativa de deliberar em casos de extrema urgência ad referendum do Plenário, submetendo o seu ato à ratificação deste, na reunião subsequente.

**Art. 15º** - A pauta da reunião ordinária constará de:

a) leitura da ata anterior e verificação da efetividade das ações e solicitações realizadas;

b) informes dos Conselheiros e apresentação de temas relevantes para o conhecimento da plenária.

c) ordem do dia constando dos temas previamente definidos e preparados, sendo obrigatório um tema da agenda básica anual aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, nos termos que estabelece o ' 5º deste artigo;

d) deliberações

e) definição da pauta da reunião seguinte

f) encerramento.

' 1º Os informes e apresentação de temas não comportam discussão e votação, somente esclarecimentos breves. Os Conselheiros que desejarem apresentar informes devem inscrever-se logo após a leitura e aprovação da ata anterior.

' 2º Para apresentação do seu informe cada conselheiro inscrito disporá de 5 minutos improrrogáveis. Em caso de polêmica ou necessidade de deliberação, o assunto deverá passar a constar da ordem do dia da reunião ou ser pautado para a próxima, sempre a critério do Plenário;

' 3º A definição da ordem do dia, partirá da relação dos temas básicos aprovados anualmente pelo Plenário, dos produtos das comissões, das indicações dos conselheiros ao final de cada Reunião Ordinária;

' 4º Sem prejuízo do disposto no ' 3º deste artigo, a Secretaria Executiva poderá proceder à seleção de temas obedecidos os seguintes critérios:

a) Pertinência (inserção clara nas atribuições legais do Conselho)

b) Relevância (inserção nas prioridades temáticas definidas pelo Conselho)

c) Tempestividade (inserção no tempo oportuno e hábil)

d) Precedência (ordem da entrada da solicitação);

' 5º Cabe à Secretaria Executiva a preparação de cada tema da pauta da ordem do dia, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaques aos pontos recomendados para deliberação, a serem distribuídos pelo menos uma semana antes da reunião, sem o que, salvo a, critério do plenário, não poderá ser votado.

**Art. 16º** - As deliberações do Conselho Municipal de Saúde, observado o quórum estabelecido, serão tomadas pela maioria simples de seus membros, mediante:

a) Resoluções homologadas pelo Prefeito Municipal sempre que se reportarem a responsabilidades legais do Conselho;

b) Recomendações sobre tema ou assunto específico que não é habitualmente de sua responsabilidade direta, mas é relevante e/ou necessário, dirigida a ator ou atores institucionais de quem se espera ou se pede determinada conduta ou providência;

c) Moções que expressem o juízo do Conselho, sobre fatos ou situações, com o propósito de manifestar reconhecimento, apoio, crítica ou oposição;

'1º As deliberações serão identificadas pelo seu tipo e numeradas correlativamente;

' 2º As Resoluções do Conselho Municipal de Saúde serão homologadas pelo Prefeito Municipal e publicadas em Jornal de Circulação no Município, no prazo máximo de trinta dias, após sua aprovação pelo Plenário;

' 3º Na hipótese de não homologação pelo Prefeito Municipal, a matéria deverá retornar ao Conselho Municipal de Saúde na reunião seguinte, acompanhada de justificativa e proposta alternativa, se de sua conveniência. O resultado da deliberação do Plenário será novamente encaminhado ao Prefeito Municipal e publicada em Jornal de Circulação no Município, no prazo máximo de trinta dias, após sua aprovação pelo Plenário;

' 4º A não homologação, nem manifestação pelo Prefeito Municipal em trinta dias após o recebimento da decisão, demandará solicitação de audiência especial do Prefeito para comissão de Conselheiros, especialmente designada pelo Plenário;

' 5º Analisadas e/ou revistas as Resoluções, seu texto final será novamente encaminhado para homologação e publicação devendo ser observado o prazo previsto no parágrafo '3º.

**Art. 17º** - As Reuniões do Conselho Municipal de Saúde, observada a legislação vigente, terão as seguintes rotinas para ordenamento de seus trabalhos:

I - As matérias pautadas, após o processo de exame preparatório serão apresentadas preferencialmente por escrito, destacando-se os pontos essenciais, seguindo-se a discussão e, quando for o caso, a deliberação;

II - As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro, ficando excluída a possibilidade de votação secreta;

III - A recountagem dos votos deve ser realizada quando a presidência da Plenária julgar necessária ou quando solicitada por um ou mais conselheiros.

**Art. 18º** - As reuniões do Plenário devem ser registradas em atas e assinadas:

a) relação dos participantes seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade (titular ou suplente) e do órgão ou entidade que representa;

b) resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

c) relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(eis) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro(s);

d) as deliberações tomadas, inclusive quanto a aprovação da ata da reunião anterior aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções, incluindo votação nominal quando solicitada;

' 1º O teor integral das matérias tratadas nas reuniões do Conselho estarão disponíveis na secretaria executiva em cópia de documentos apresentados;

' 2º - A Secretaria Executiva providenciará a remessa de cópia da ata de modo que cada Conselheiro possa recebê-la, no mínimo, 5 dias antes da reunião em que será apreciada;

' 3º - As emendas e correções à ata serão entregues pelo(s) Conselheiro(s) na Secretaria Executiva até o início da reunião que a apreciará.

**Art. 19º** - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde pode fazer-se representar perante instâncias e fóruns da sociedade e do governo através de um ou mais conselheiros designados pelo Plenário com delegação específica.

## **Seção II**

### **- Comissões e Grupos de Trabalho -**

**Art. 20º** - As Comissões permanentes, criadas e estabelecidas pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, tem por finalidade articular políticas e programas de interesse para a saúde cujas execuções envolvam áreas não integralmente compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, em especial:

a) Saneamento e Meio Ambiente;

b) Vigilância Sanitária;

c) Recursos Humanos;

d) Orçamento, Finanças e Licitações;

e) Fiscalização.

**Art. 21º** - A critério do Plenário, poderão ser criadas outras Comissões e Grupos de Trabalho em caráter permanente ou transitório que terão caráter essencialmente complementar à atuação do Conselho Municipal de Saúde, articulando e integrando os órgãos, instituições e entidades que geram os programas, suas execuções, e os conhecimentos e tecnologias afins, recolhendo-os e processando-os, visando a produção de subsídios, propostas e recomendações ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Em função das suas finalidades, as Comissões e Grupos de Trabalho tem como clientela exclusiva o Plenário do Conselho Municipal de Saúde que lhes encomenda objetivos, planos de trabalho e produtos e que poderá delegar-lhes a faculdade para trabalhar com outras entidades.

**Art. 22º** - As Comissões e Grupos de Trabalho de que trata este Regimento serão constituídas pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme recomendado a seguir:

a) Comissões, até 4 membros efetivos;

b) Grupo de Trabalho, até 5 membros efetivos;

' 1º As Comissões e Grupos de Trabalho serão dirigidas por um Coordenador designado pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, que coordenará os trabalhos, com direito a voz e voto,

' 2º Nenhum conselheiro poderá participar simultaneamente de mais de três Comissões Permanentes;

' 3º Será substituído o membro da Comissão ou Grupo de Trabalho que faltar, sem justificativa apresentada até 48 horas após a reunião, a duas reuniões consecutivas ou quatro intercaladas no período de um ano. A Secretaria Executiva comunicará ao Conselho Municipal de Saúde para providenciar a sua substituição.

**Art. 23º** - A constituição e funcionamento de cada Comissão e Grupo de Trabalho serão estabelecidos em Resolução específica e deverão estar embasados na explicitação de suas finalidades, objetivos, produtos, prazos e demais aspectos que identifiquem claramente a sua natureza.

Parágrafo único - os locais de reunião das Comissões e Grupos de Trabalho serão escolhidos segundo critérios de praticidade.

**Art. 24º** - Aos coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho incumbe:

I - Coordenar os trabalhos;

II - Promover as condições necessárias para que a Comissão ou Grupo de Trabalho atinja a sua finalidade, incluindo a articulação com os órgãos e entidades geradores de estudos, propostas, normas e tecnologias;

III - Designar secretário "ad hoc" (para fim específico) para cada reunião;

IV - Apresentar relatório conclusivo ao Secretário Executivo, sobre matéria submetida a estudo para encaminhamento ao plenário do Conselho Municipal de Saúde;

V - Assinar as atas das reuniões e as recomendações elaboradas pela Comissão ou Grupo de Trabalho encaminhando-as ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

**Art. 25º** - Aos membros das Comissões ou Grupo de Trabalho incumbe:

I – Realizar estudos, apresentar proposições, apreciar e relatar as matérias que lhes forem distribuídas;

II – Requerer esclarecimentos que lhes forem úteis para melhor apreciação da matéria;

III – Elaborar documentos que subsidiem as decisões das Comissões ou Grupos de Trabalho;

### **Seção III**

#### **Atribuições dos Representantes do Colegiado**

##### **Subseção I**

##### **Representantes do Plenário**

**Art. 26º** - Aos Conselheiros incumbe:

I - Zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal de Saúde;

II - Estudar e relatar, nos prazos pré-estabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;

III - Apreciar e deliberar sobre matérias submetidas ao Conselho para votação;

IV - Apresentar Moções ou Proposições sobre assuntos de interesse da saúde;

V -Requerer votação de matéria em regime de urgência;

VI - Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, dando ciência ao Plenário;

VII - Apurar e cumprir determinações quanto às investigações locais sobre denúncias remetidas ao Conselho, apresentando relatórios da missão;

VIII - Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho;

IX - Construir e realizar o perfil duplo do Conselheiro - de representação dos interesses específicos do seu segmento social ou governamental e de formulação e deliberação coletiva no órgão colegiado, através de posicionamento a favor dos interesses da população usuária do Sistema Único de Saúde.

## **CAPÍTULO IV**

### **ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Seção I - Estrutura -

**Art. 27º** - O Conselho Municipal de Saúde terá uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada ao seu Presidente.

Parágrafo Único - A Secretaria Executiva é órgão vinculado ao Secretário Municipal de Saúde, tendo por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo ao Conselho, suas Comissões e Grupos de Trabalho, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais expressas nos Capítulos I e II deste Regimento;

**Art. 28º** - São atribuições da Secretaria Executiva:

I - Preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de Temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - Acompanhar as reuniões do Plenário, assistir ao Presidente da mesa e anotar os pontos mais relevantes visando a checagem da redação final da ata;

III - Dar encaminhamento às conclusões do Plenário, inclusive revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;

IV - Acompanhar e apoiar os trabalhos das Comissões e Grupos de Trabalho inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de produtos ao Plenário;

V - despachar os processos e expedientes de rotina;

VI - Acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções, Recomendações e Moções emanadas do Conselho e dar as respectivas informações atualizadas durante os informes do Conselho Municipal de Saúde.

VII - Instalar as Comissões e Grupos de Trabalho;

VIII - Promover e praticar todos os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saúde e de suas Comissões e Grupos de Trabalho, pertinentes a orçamento, finanças e licitações, fiscalização, vigilância sanitária, recursos humanos e saneamento e meio ambiente e outras que forem criadas;

IX- dirigir, orientar e supervisionar os serviços da Secretaria;

X - Participar da mesa assessorando o Presidente nas Reuniões Plenárias;

XI - Despachar com o Conselho Municipal de Saúde os assuntos pertinentes ao Conselho;

XII - Articular-se com os Coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho para fiel desempenho das suas atividades, em cumprimento das deliberações do Conselho Municipal de Saúde e promover o apoio necessário às mesmas;

XIII - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde e ao Plenário, relatório das atividades do Conselho Municipal de Saúde do ano anterior, no primeiro trimestre de cada ano;

XIV - Acompanhar e agilizar as publicações das Resoluções do Plenário;

XV - Convocar as Reuniões do Conselho Municipal de Saúde e de suas Comissões e Grupos de Trabalho, de acordo com os critérios definidos neste Regimento;

XVI - Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde assim como pelo Plenário;

XVII - Delegar competências.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 29º** - O Conselho Municipal de Saúde poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado(s).

**Art. 30º** - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidas pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

**Art. 31º** - As Comissões e os Grupos de Trabalho poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgão municipal, empresa privada, sindicato ou entidade civil, para comparecer às Reuniões e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plenário.

**Art. 32º** - O presente Regimento Interno entrará em vigor na datade aprovação em plenária, só podendo ser modificado por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) de seus Membros.

**Art. 33º** - As eventuais divergências ou conflitos com atos infra-legais em vigor na data da aprovação deste regimento, terão sua validade condicionada às respectivas alterações nos atos, devendo sua viabilização ser da competência do Secretário Municipal de Saúde.

**Art. 34º** - As dúvidas e os casos omissos deste Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, observando as disposições legais, e terão força normativa.

Macaubal, 06 de Dezembro de 2016.

**Milton Ferreira Takato**

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução 09/2016 do Conselho Municipal de Saúde, de 06 de Dezembro de 2016, nos termos da legislação vigente.

**Ana Lúcia Ferreira Narvaes**

Secretária Municipal de Saúde

# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº 029, de 30 de maio de 2001,  
alterado pela Lei Municipal nº 037, de 26 de outubro de 2005  
e pela Lei Municipal nº 047 de 25 de Setembro de 2013.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 09/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião ordinária, realizada no dia 04/10/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 029/01, alteradas pelas Leis 037/05 e Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal;

**O Conselho Municipal de Saúde de Macaubal, RESOLVE:**

**Artigo 1º** Aprovar o pagamento dos profissionais "Dentista e Protética", com recursos destinados ao Programa Brasil Sorridente, pertencente ao Bloco MAC, a contar do pagamento do mês de setembro de 2016, pelo período de 12 meses.

Macaubal, 04 de Outubro de 2016.

  
**MILTON FERREIRA TAKATO**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 09/16 do Conselho Municipal da Saúde, de 04/10/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**  
Secretária Municipal da Saúde

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL**

Criado pela Lei Municipal nº 029, de 30 de Maio de 2001,  
Alterado pela Lei Municipal nº 037, de 26 de Outubro de 2005  
e pela Lei Municipal nº 047 de 25 de Setembro de 2013.

**RESOLUÇÃO CMS Nº 08/2016**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião extraordinária, realizada no dia 13/05/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 029/01, alteradas pelas Leis 037/05 e Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

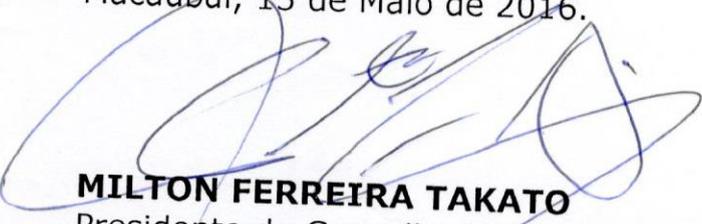
**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal;

**O Conselho Municipal de Saúde de Macaubal, RESOLVE:**

**Artigo 1º** Aprovar o Relatório Anual de Gestão (RAG), que contém as ações desenvolvidas na Atenção Básica, bem como a parte orçamentária de aplicação dos recursos financeiros, por bloco de financiamento no ano de 2015.

Macaubal, 13 de Maio de 2016.

  
**MILTON FERREIRA TAKATO**

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 08/16 do Conselho Municipal da Saúde, de 13/05/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**

Secretária Municipal da Saúde

# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº029, de 30 de Maio de 2001, Alterado pela Lei Municipal nº037, de 26 de Outubro de 2005 e pela Lei Municipal nº047 de 25 de Setembro de 2013.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 07/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião ordinária, realizada no dia 05/05/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 333, de 04 de Novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes para a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal;

O Conselho Municipal de Saúde de Macaubal, **RESOLVE**:

**Artigo 1º** - Deliberar sobre a devolução do recurso utilizado para pagamento do Hospital São Domingos de Nhandeara no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), para o Bloco de Financiamento PAB, uma vez que o recurso do PAB é específico para a Atenção Básica.

Macaubal, 05 de Maio de 2016.

  
**MILTON FERREIRA TAKATO**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 07/16 do Conselho Municipal da Saúde, de 05/05/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**  
Secretária Municipal da Saúde

# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº 029, de 30 de Maio de 2001, Alterado pela Lei Municipal nº 037, de 26 de Outubro de 2005 e pela Lei Municipal nº 047 de 25 de Setembro de 2013.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 06/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião ordinária, realizada no dia 05/05/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 333, de 04 de Novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes para a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que estabelece as adequações às Leis 029/01 e 037/05 do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com as funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal;

### O Conselho Municipal de Saúde de Macaubal, RESOLVE:

**Artigo 1º** Deliberar pela proibição do uso da ambulância para transporte de pacientes para inalação, vacina, injeção e curativo, salvo com autorização emitida pelo Setor de enfermagem da Unidade Básica de Saúde, após avaliação, visando à redução de gastos com combustível e com a manutenção da frota;

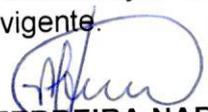
**Artigo 2º** Deliberar pela proibição do uso da ambulância para transporte de pacientes em situações que não sejam comprovadamente de urgência e emergência.  
Parágrafo Único: Caso o paciente seja transportado para atendimento médico e não for constatada a situação de emergência, o motorista não poderá transportá-lo de volta à sua residência.

**Artigo 3º** Em cumprimento a um dos princípios doutrinários do SUS que é a equidade, que tem relação direta com os conceitos de igualdade e justiça, as ambulâncias serão fornecidas de acordo com a disponibilidade da frota do município, considerando a necessidade específica de cada paciente.

Macaubal, 05 de Maio de 2016.

  
**MILTON FERREIRA TAKATO**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 06/16 do Conselho Municipal da Saúde, de 05/05/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**  
Secretária Municipal da Saúde

# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº029, de 30 de Maio de 2001, Alterado pela Lei Municipal nº037, de 26 de Outubro de 2005 e pela Lei Municipal nº047 de 25 de Setembro de 2013.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 05/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião ordinária, realizada no dia 21/03/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 029/01, alteradas pelas Leis 037/05 e Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal;

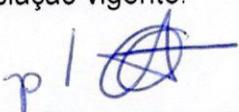
**O Conselho Municipal de Saúde de Macaubal, em sua Reunião ordinária realizada em 21 de Março de 2016, RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Deliberar sobre a devolução do recurso utilizado para pagamento do Hospital São Domingos de Nhandeara no valor de R\$ 66.000,00, para o Bloco de Financiamento MAC-Prótese Dentária, uma vez que esse recurso é específico para essa modalidade de atendimento (prótese dentária).

Macaubal, 30 de Março de 2016.

  
**MILTON FERREIRA TAKATO**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 05/16 do Conselho Municipal da Saúde, de 21/03/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**  
Secretária Municipal da Saúde

Recebi  
05/04/16  
A.

## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº 029, de 30 de Maio de 2001,  
Alterado pela Lei Municipal nº 037, de 26 de Outubro de 2005  
e pela Lei Municipal nº 047 de 25 de Setembro de 2013.

### RESOLUÇÃO CMS Nº 04/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião extraordinária, realizada no dia 30/03/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 029/01, alteradas pelas Leis 037/05 e Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal, resolve:

O Conselho Municipal de Saúde de Macaubal, em sua Reunião extraordinária realizada em 30 de Março de 2016, **RESOLVE**:

**Artigo 1º** Solicitar ajustes no Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2015, que contém as ações desenvolvidas na Atenção Básica, bem como a parte orçamentária de aplicação dos recursos financeiros, por bloco de financiamento.

Macaubal, 30 de Março de 2016.

  
**Edson Caires**  
Vice - Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 04/16 do Conselho Municipal da Saúde, de 30/03/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**  
Secretária Municipal da Saúde

# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº 029, de 30 de Maio de 2001,  
Alterado pela Lei Municipal nº 037, de 26 de Outubro de 2005  
e pela Lei Municipal nº 047 de 25 de Setembro de 2013.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 03/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião extraordinária, realizada no dia 21/03/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 029/01, alteradas pelas Leis 037/05 e Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

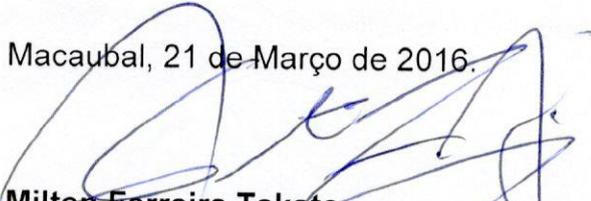
**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 333 do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes para a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal; resolve:

**Artigo 1º** - Aprovar a programação anual de Saúde com as Ações de 2016.

Macaubal, 21 de Março de 2016.

  
**Milton Ferreira Takato**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 03/2016 do Conselho Municipal da Saúde, de 21/03/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**  
Secretária Municipal da Saúde

# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº 029, de 30 de Maio de 2001,  
Alterado pela Lei Municipal nº 037, de 26 de Outubro de 2005  
e pela Lei Municipal nº 047 de 25 de Setembro de 2013.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 02/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião extraordinária, realizada no dia 29/02/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 029/01, alteradas pelas Leis 037/05 e Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), através dos Conselhos Municipais de Saúde, em caráter permanente e deliberativo;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal, resolve:

**Artigo 1º** Deliberar pela aprovação do Plano de Trabalho para a compra de serviços da Santa Casa para 2016, de acordo com a nova organização dos serviços de saúde e das novas características epidemiológicas, no valor de R\$ 60.000,00 aprovado pela Câmara de Vereadores;

**Artigo 2º** Deliberar pelo não efetivação do repasse para a Santa Casa de Macaubal do valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) referentes ao descumprimento do objeto do TERMO DE REPASSE/MODALIDADE SUBVENÇÃO/2015, pela ausência de médico de janeiro a julho/15 das 07 às 16:00 horas de acordo com a CLÁUSULA QUARTA do referido Termo de Convênio.

Macaubal, 29 de Fevereiro de 2016.

  
**MILTON FERREIRA TAKATO**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 02/2016 do Conselho Municipal da Saúde, de 29/02/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**  
Secretária Municipal da Saúde

# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

Criado pela Lei Municipal nº 029, de 30 de Maio de 2001,  
Alterado pela Lei Municipal nº 037, de 26 de Outubro de 2005  
e pela Lei Municipal nº 047 de 25 de Setembro de 2013.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 01/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Macaubal em sua reunião extraordinária, realizada no dia 29/02/2016, no cumprimento de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 029/01, alteradas pelas Leis 037/05 e Lei 047/13 do Conselho Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 333 do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes para a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 047 de 25 de Setembro de 2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde de Macaubal com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal, resolve:

**Artigo 1º** Após análise de documentos do Fundo Municipal da Saúde referentes ao terceiro quadrimestre do exercício de 2015, com os esclarecimentos da equipe de saúde e todas as informações que lhe foram prestadas, resolveu expedir o presente **PARECER**, no sentido de **ATESTAR A APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL PRATICADOS NO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015.**

Macaubal, 29 de Fevereiro de 2016.

  
**MILTON FERREIRA TAKATO**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a Resolução 01/2016 do Conselho Municipal da Saúde, de 29/02/16, nos termos da legislação vigente.

  
**ANA LÚCIA FERREIRA NARVAES**  
Secretária Municipal da Saúde